

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.966 - SP (2019/0300588-7)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ELTHON SIECOLA KERSUL - SP291440
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEFFERSON RODRIGUES CALDEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JEFFERSON RODRIGUES CALDEIRA, apontando como autoridade coatora a 6ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Criminal n. 1500786-60.2018.8.26.0544.

Noticiam os autos que o paciente foi condenado à pena de 5 (cinco) anos de detenção, no regime aberto, bem como à suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor pelo mesmo prazo, mais pagamento de 10 (dez) dias-multa, bem como incurso no artigo 302, § 3º, do Código Penal.

Inconformados, o assistente de acusação e a defesa apelaram, tendo o recurso do primeiro sido parcialmente provido para elevar a reprimenda cominada ao réu para 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de detenção, no modo semiaberto, além da suspensão da habilitação pelo mesmo prazo.

Sustenta o impetrante que a legitimidade do assistente de acusação seria restrita às hipóteses previstas no artigo 271 do Código de Processo Penal, razão pela qual não teria aptidão para interferir no processo, notadamente para recorrer do édito repressivo.

Alega que o acusado teria sido submetido a exame clínico sem o seu consentimento, o que ensejaria a ilicitude da prova obtida com a medida.

Aduz que o paciente foi condenado por crime culposos, para o qual seria cabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos independentemente do *quantum* de sanção aplicada.

Considera que não haveria fundamentação idônea para o aumento da pena-base, que deveria ser reduzida para o mínimo legal.

Entende que o prazo de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor teria sido fixado desproporcionalmente.

Argumenta que a pena cominada para o crime previsto no artigo 302, § 3º, do Código Penal seria inconstitucional por ofensa ao princípio da proporcionalidade.

Pondera que em se tratando de delito culposos, praticado sem violência ou grave ameaça, o regime aberto seria o adequado para o resgate da reprimenda corporal.

Sublinha que não seria possível a expedição de mandado de prisão antes do esgotamento dos recursos ordinários.

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde em liberdade o julgamento deste *mandamus*, e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que as ilegalidades apontadas sejam reconhecidas.

É o relatório.

A princípio, insurgindo-se a impetração contra acórdão do Tribunal de

Superior Tribunal de Justiça

origem proferido no julgamento de recurso de apelação, mostra-se incabível o manejo do *habeas corpus* originário, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Isso porque, não obstante os relevantes argumentos expostos na impetração, a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *mandamus*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Ademais, a Corte de origem consignou que *"no que tange à nulidade da prova pericial, pela ausência de concordância do réu em realizar o exame clínico de embriaguez, não há nada a ser alterado"*, pois *"tal perícia, como cediço, é realizada por médico que atesta o estado físico do acusado, sem colher nenhum material"*, razão pela qual *"independe de sua concordância, sendo praxe nos casos onde o infrator que está nitidamente embriagado, mas se recusa a fornecer o material"* (e-STJ fl. 165).

Acrescentou que *"a base deve ser fixada acima do mínimo em razão das circunstâncias do crime e frieza demonstrada pelo réu depois do acidente. Segundo as testemunhas, Jefferson pretendia evadir-se do local do acidente e, em nenhum momento, preocupou-se com a vítima"*, tendo sido *"contido por populares e seu comportamento estranho e egoísta foi, inclusive, mencionado pela policial militar que atendeu a ocorrência"*, motivo pelo qual a pena-base do réu foi fixada *"em 1/6 acima do mínimo, resultando em 5 anos e 10 meses de detenção e suspensão da habilitação para dirigir pelo mesmo prazo"* (e-STJ fl. 171).

Sublinhou que *"de acordo com a pena aplicada e circunstâncias judiciais desfavoráveis do crime, entendo que o acusado deve iniciar o cumprimento de sua sanção corporal no regime intermediário"*, destacando que *"o regime aberto não é o adequado ao caso concreto, onde uma pessoa faleceu em razão da atitude inconsequente do réu, que, depois do acidente quis fugir e sequer se preocupou com o ofendido"* (e-STJ fl. 174).

Concluiu que *"o acusado não faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, por ausência de preenchimento dos requisitos previstos no artigo 44, inciso I, do Código Penal"* (e-STJ fl. 174).

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

Ademais, de uma análise perfunctória do acórdão impugnado verifica-se que a alegada ilegitimidade do assistente de acusação para interpor recurso contra a sentença condenatória não foi alvo de deliberação pela autoridade impetrada, o que revela que a análise do tema diretamente por este Sodalício se daria em indevida supressão de instância.

Por outro lado, não há nos autos qualquer comprovação de que a instância ordinária ainda não se esgotou, circunstância que reforça a impossibilidade de concessão da cautela requerida.

Superior Tribunal de Justiça

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo da 3ª Vara Criminal da comarca de Jundiaí, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da controvérsia, especialmente no que se refere ao esgotamento da instância ordinária e à expedição e cumprimento de mandado de prisão em desfavor do paciente.

Com estas, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

